

CULTURA, TERRA E RESISTÊNCIA

CUNHA, Deise Teresinha Radmann¹

cunha.deise@gmail.com

NUNES, Georgina Helena Lima²

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho trata-se de um projeto de extensão financiado pelo MEC/SECAD que visa a construção de materiais didáticos para Comunidades Quilombola cujo objetivo é, conforme as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais:

[...] oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afro descendente, no sentido de políticas afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura e identidade. Trata-se, ele, de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. Nesta perspectiva, propõe a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial para interagirem na construção de uma nação democrática em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada (BRASÍLIA, 2004. p. 02)

O material será orientado pelas determinações da lei 10.639/03 e será composto de um livro e de um DVD didático que dialogarão entre si e será destinado aos anos finais do ensino fundamental. Tal subsídio parte da vivência das comunidades quilombolas existentes nos municípios de Canguçu e Piratini (RS) e abordará aspectos locais articulados à História da África, a História dos negros no Brasil e no Rio Grande do Sul e a formação dos Quilombos históricos e contemporâneos. Para além destas questões mais amplas, buscar-se-á entender as estratégias diárias de sobrevivência forjadas através do saber acerca das plantas medicinais, das crenças, dos mitos, do manuseio de uma terra que não é “terra de negócio”, enfim, de saberes que são recriados mas que tem a matriz em lógicas tão somente explicáveis por eles através de uma herança cultural transmitida através da oralidade.

2 METODOLOGIA (MATERIAL E MÉTODOS)

O trabalho é desenvolvido através de perspectivas investigativas empíricas e teóricas. O empírico é buscado de duas formas: por meio de inserções de natureza etnográfica³ nas comunidades quilombolas dos municípios de Piratini e Canguçu para coleta de dados onde se faz necessário “situar seus sujeitos em um contexto histórico e social. É só ao completar esse movimento

1 Graduanda do curso de Pedagogia, Universidade Federal de Pelotas, integrante do grupo Movimentos Sociais e Educação – MovSE, bolsista PROBEC, autora do trabalho

2 Profª Drª em Educação, UFPEL, orientadora do trabalho, coordenadora do projeto Cultura, Terra e Resistência: matrizes por onde construir materiais didáticos para Comunidades Quilombolas.

3 O ponto de partida desse método é a interação entre o pesquisador e seus objetos de estudo.

interpretativo, indo do particular ao geral, que o pesquisador cria um relato etnográfico”(FONSECA, 1998, p.67). Este trabalho iniciou com visitas de reconhecimento e a partir destas foram retirados dados preliminares que serviram de orientação para as idas subsequentes ; de cada inserção resultaram diários de campos, informações registradas sob a forma de vídeos e fotografias que foram significativos para levantar aspectos comuns e diferenciados em cada comunidade. Paralelamente ao trabalho de campo, ocorreram Seminário de formação para os professores da rede municipal contando também com a participação de integrantes das comunidades quilombolas. Nessa integração entre comunidade e escola que se efetivou um enriquecedor aprendizado; houve uma troca de experiências entre os participantes, intelectuais do campo de estudo da educação das relações étnico-raciais e membros das comunidades quilombolas. Destes encontros resultaram materiais produzidos por alunos e professores que subsidiarão o material a ser construído.

O trabalho torna-se teórico a partir do momento que organiza-se as categorias emergente e a partir destas investe-se no aprofundamento acerca de temas tais como: a expropriação da terra, saúde da população negra, organização trabalho agrícola, relações de gênero, crenças e mitos, plantas medicinais, religiosidade, meios de produção quilombola, religiosidade, educação formal e informal, corporeidade negra e outros.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As palavras Cultura, Terra e Resistência que compõem o título do projeto, possuem um sentido mais amplo dentro dos territórios Quilombolas; elas são interligadas entre si possibilitando a construção fortalecimento da identidade étnica.

Com a constituição de 1988, o Estado brasileiro admite a existência das Comunidades Remanescentes de Quilombos, garantindo-lhes o direito à identidade e a pluralidade cultural, à titularidade da terra. O artigo 68 da ADTC afirma que: Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos

Em 1740, o conselho Ultramarino valeu-se da seguinte definição de quilombo: “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões neles” (CARNEIRO, 1958).

Hoje, mesmo encontrando os ranchos ⁴ e os pilões em praticamente todas as comunidades quilombolas, pode-se afirmar que ele tem uma definição que foi sendo ressemantizada até chegar a que a autora abaixo descreve:

O termo quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um

4 Ranchos : moradia habitual às populações negras da região, construída de torrões de barro e cobertura de capim do tipo Santa Fé.

território próprio. A identidade desses grupos também não se define pelo tamanho e número de seus membros, mas pela experiência vivida e as versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade enquanto grupo. Nesse sentido, constitui grupos étnicos conceitualmente definidos pela antropologia que confere pertencimento através de normas e meios empregados por indicar afiliação ou exclusão (O'DWYER, 1995, p.20)

Atualmente, constam no Cadastro Geral de Comunidades Remanescentes de Quilombo da Fundação Cultural Palmares 1.408 comunidades localizadas nas mais diversas regiões brasileiras. No Rio Grande do sul estão localizadas mais de 130 comunidades e o projeto trabalha especificamente com onze delas localizadas entre os municípios de Canguçu e Piratini. Em Canguçu trabalha-se com Manoel do Rego, Maçambique, Favila, Iguatemi, Armada, Cerro das Velhas, Potreiro Grande, Passo do Lourenço, Estância da Figueira e em Piratini com Fazenda Cachoeira e Rincão do Quilombo. Todas as comunidades citadas possuem a certidão de auto-definição expedida pela Fundação Cultural Palmares.

Cada comunidade rural negra, possui característica própria, conforme o seu modo de ocupação do território; após a abolição as terras foram ocupadas, compradas por negros libertos, recebida como pagamento por serviços prestados ou doação de antigos proprietários/herança. Mas o importante é que nessas terras de uso comum, esses grupos relembram a conquista de seus fundadores, vivem a solidariedade nas relações entre a comunidade tiram seu sustento da terra e continuam a passar aos mais jovens as tradições culturais herdadas. Apesar de modos de vida próprios, a cultura quilombola não deixa de receber influência de outros contextos culturais. Acredita-se que processos educativos devem fazer com que princípios de mundo africanos recriados nas diásporas, principalmente em quilombos, possam ser ensinamentos a sociedades cada vez mais individualistas. Garantir a educação nesses territórios onde vive esta parcela significativa da população brasileira, respeitando sua história e suas práticas culturais é pressuposto fundamental não apenas por um princípio político-pedagógico mas também por determinações legais presentes, por exemplo, na Constituição Brasileira, na Organização Internacional do Trabalho (OIT) 169 e outros.

Pinto (1999), ao fazer uma análise crítica acerca da forma como os livros didáticos são inconsistentes na tarefa valorativa da história e cultura afro-descendente, compreende que, o são, também, no sentido de propor a discussão e estratégia de combate ao racismo e estereótipos negativos.

Há um longo caminho percorrido na história que demonstra o quanto a população negra teve seus direitos negados, tornando invisível sua cultura e, de certa forma, desqualificando sua secular história de luta por dignidade e cidadania.

Com a abolição, em 1888, começa um longo processo de exclusão, em virtude disto, diversas lutas vão sendo engendradas de formas associativistas, entre elas o Movimento Social Negro que atravessa todo o século XX lutando contra a discriminação e, também, para que negros e negras tivessem acesso aos bancos escolares. O Movimento entra no Séc. XXI com grandes conquistas, entre elas a lei nº 10639/03 que altera a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, incluindo no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos africanos. Esta Lei determina que o estudo de tais conteúdos sejam realizados no âmbito de todas

as disciplinas curriculares, com prioridade para as disciplinas de Educação Artística, Literatura e História do Brasil

Bento (2007) é enfática ao defender que é preciso que se discuta a produção de uma identidade racial que toma o branco como padrão de referência de toda uma espécie humana. E isto, a Lei 10.639/03 como política curricular, ao discutir o legado de discriminação e de construção de um imaginário negativo sobre as pessoas negras, poderá fazer com algum êxito

Ainda nos dias atuais, encontramos uma sociedade racista nas entre linhas. Aos poucos o tema vai ganhando espaço dentro da escola ainda que se tenha um longo caminho a ser percorrido de forma a ser fazer reconhecida a importância da cultura afro-brasileira e a longa luta dos afro-descendentes por dignidade e cidadania

4 CONCLUSÕES

Consegue-se perceber nas visitas de natureza etnográficas que a luta dos quilombolas pelo reconhecimento na sociedade ainda é uma realidade. Vive-se em uma sociedade discriminatória que as coloca longe do acesso a direitos e serviços públicos. Espera-se que as gerações vindouras tenham orgulho da história de seus antepassados, mesmo que lembrar da história, as vezes, traga dor; o sofrimento deve dar espaço a inovadoras formas de buscar as reparações ao crime considerado hediondo e lesa humanidade que foi a escravidão.

A participação dos quilombolas nas oficinas de formação foi de fundamental importância consolidando elos entre a teoria e a prática; através do aprendizado de escuta a história dos “outros”, prática esta, tão esquecida nos cursos de formação. Os mais diversos relatos de experiências transmitiram aos professores idéias e ideais para serem trabalhados na sala de aula de modo a ampliar o conhecimento advindo deste senso comum que necessariamente na sala de aula pode ampliar o conhecimento de todos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

5 REFERÊNCIAS

- BRASÍLIA. *Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais*. Brasília: MEC/CNE, 2004
- BENTO, Maria Aparecida Silva; CARONE Fray (org.). *Psicologia social do Racismo*. 3 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.
- CARNEIRO, E.: *O Quilombo dos Palmares*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1958
- FONSECA, Cláudia. *Quando cada caso não é um caso. Pesquisa Etnográfica na Educação*.p. 58-77. **XXI Reunião Anual da ANPEd**. Caxambu/MG, 1998
- MELO, Willivane Ferreira de. *Educação Escolar em Comunidades Quilombolas*. SEMED: Santarém, 2009.
- O'DWYER, Eliane Cantarino (org). *Terra de Quilombos*. Associação Brasileira de Antropologia. Rio de Janeiro: Decania CFCH/UFRJ, 1995
- PORTO, Ana Luíza Araújo. *Educação e Afrodescendência. Kulé Kulé – Afro Atitudes*. Alagoas: NEAB-UFAL, 2008